ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE TRANCOSO

ATA n.º 12

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO DE 28 DE SETEMBRO DE 2023

--- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: ----------

--- **Período de antes da ordem do dia.** ----------

--- **Ordem do dia:** ----------

--- **Ponto número um** - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; ----------

--- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2024; ----------

--- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação de proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2024; ----------

--- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação relativa à proposta de redução de IMI, em função do número de dependentes, no que diz respeito à habitação própria e permanente, na sequência de ofício enviado pela Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

--- **Ponto número cinco** – Análise, discussão e votação de proposta relativa à minuta respeitante ao segundo aditamento ao contrato de concessão da exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso; ----------

--- **Período de intervenção do público**. ----------

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta do membro da assembleia, Vera Lúcia Tomé Soares Martins e Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por José Jorge dos Santos Carvalho, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, João José Baptista de Sousa, substituído por Rúben Filipe Pereira dos Anjos, Ana Francisca Torres Sarmento, substituída por Hugo David da Silva Neves e Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, substituída por Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais, membros da Coligação, Sim é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Cogula, Pedro Manuel Lourenço Monteiro, substituído por Patrícia Isabel Furtado Tenreiro, Junta de Freguesia de Moimentinha, Vera Catarina Monteiro Coito, substituída por Annabelle Marques Vital Tiago, Junta de Freguesia de Tamanhos, António Augusto Salvador Pereira, substituído por José Manuel Rebelo Pinto, Junta de Freguesia de Granja, Pedro Miguel Santos e Junta de Freguesia de Valdujo, Ausenda Abade Chaves Frias. ----------

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. ----------

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir a Senhora deputada, Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos. De seguida fez referência à ata da última Assembleia Municipal, mencionando as seguintes alterações, na página 9, linha 11, a contar do final, onde se lê "respeita", deverá ler-se "os que respeitam", na linha 7, a contar do final da página, onde se lê "município." , deverá ler-se "município, disse,", na página 11, linha 12 e linha 16 onde se lê "três quatros", deverá ler-se "três quartos", na página 13, linha 12 onde se lê "descora", deverá ler-se "descura" e na linha 19 onde se lê "referiu que foram… soluções", deverá ler-se "referiu que foram vários os concursos lançados mas sem efeito, tendo ficado desertos, razão pela qual é necessário procurar outras soluções.", colocando-a à discussão. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que na página 14, linha 19 deverá ser mencionado quem convocou a reunião, sugerindo a seguinte alteração: "Mencionou ter havido uma reunião, convocada pelo Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Trancoso, com encarregados de educação dos alunos que frequentam…". ----------

--- Na ausência de outos pedidos de correção, o Presidente da Mesa informou que iria colocar a ata à votação. Posta à votação foi a ata aprovada por unanimidade. ----------

--- O Presidente da Assembleia informou que se iria entrar no Período de antes da ordem do dia. ----------

Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, em nome da bancada da Coligação, Sim é Possível, apresentando a seguinte moção, requerendo a sua votação e aprovação: "Moção pelo acesso a serviços de saúde dignos na Unidade Local de Saúde da Guarda e De Trancoso. ----------

É de conhecimento publico e já discutido nesta Assembleia Municipal o sucessivo e constante encerramento da ULS de Trancoso. Tendo sido aprovada por unanimidade em anterior Assembleia Municipal uma Moção "Pela dignidade dos serviços de saúde prestados aos Trancosenses." Neste momento e deste há alguns meses atrás a ULS da Guarda, o denominado Hospital Sousa Martins, o nosso Hospital Distrital, encontra-se com sucessivos e constantes encerramentos de várias valências, obrigando os doentes a serem transferidos para os hospitais vizinhos, consoante a especialidade, podendo ser encaminhados para a Covilhã, Viseu ou Coimbra. É conhecido o encerramento constante da maternidade, do serviço de anestesia, do serviço de cirurgia e Medicina interna. É por diversas vezes espectável o encerramento das urgências do hospital da guarda, obrigando o reencaminhamento dos doentes para vários hospitais, todos distante do hospital da Guarda, colocando em causa por diversas vezes o socorro e a vida dos doentes. É evidente o estado de degradação do SNS em todo o território nacional, porém não podemos ficar indiferentes a este estado de sítio e aceitar por em causa a nossa vida, dos nossos filhos, dos nossos pais, dos nossos amigos, de todos nós. O acesso à saúde é um direito consagrado na nossa constituição que neste momento esta a ser posto em causa, alias, quase podemos afirmar que está a ser violado constantemente, uma vez que

todos os dias temos conhecimento de doentes que não recebem tratamentos, de consultas marcadas há mais de meses que são adiadas, de urgências e primeiros socorros que não são prestados, de crianças e mães que correm riscos no momento do seu nascimento, e outros doentes que infelizmente acabam por morrer a caminho do hospital, não existindo um efetivo acesso à saúde. O hospital distrital, o hospital da guarda, também nos diz respeito, também é responsabilidade deste município e desta assembleia municipal uma vez que os nossos munícipes estão dependentes dos seus serviços. É urgente pugnar por cuidados de Saúde dignos no concelho de Trancoso, na ULS de Trancoso, mas não menos na ULS da Guarda, no nosso hospital Distrital. Devemos ter a certeza que se necessitarmos de cuidados de saúde, de consultas médicas, de socorro imediato teremos acesso a esses serviços essências. O Grupo Municipal da Coligação "Sim, É Possível", vem apresentar a presente Moção, pugnando por cuidados de Saúde dignos no concelho de Trancoso, na ULS de Trancoso e no Hospital Distrital da Guarda, devendo ser solicitado à ULS da Guarda o atual estado de hospital Distrital, devendo estes esclarecer quais as necessidades que necessitam ser colmatadas de modo a posteriormente reclamar e exigir junto do Governo, nomeadamente do ministério da Saúde a rápida resolução dos problemas sinalizados." ----------

--- O Presidente da Mesa colocou a Moção a discussão. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, mencionando que na última Assembleia Municipal, foi discutida a questão da saúde, sendo um dos grandes pilares da democracia, sendo que esta moção vai de encontra à apresentada anteriormente. Aluiu ser também uma preocupação do Partido Socialista, que se mantém atento às necessidades das populações, pois o SNS é um legado do Partido Socialista, após o 25 de abril, que democratizou e abriu a saúde a todas as pessoas, demonstrando uma grande igualdade no acesso à saúde. Nos últimos anos têm-se deparado com o problema da falta de médicos, visto existir uma classe médica envelhecida e que se vai reformando e que todos os esforços efetuados não terão um impacto a curto prazo. Defende que o Partido Socialista é o que mais tem lutado pelo SNS, realçando que o acesso à saúde é algo preocupante, vendo a Bancada do PS com bons olhos a apresentação desta moção, de modo a informar melhor os cidadãos com vista ao acesso à saúde universal e gratuito para todas as pessoas.

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, interrogando-se do porquê de ser apresentada esta Moção, visto já ter sido apresentada outra na Assembleia anterior, questionando o que foi feito para resolver os problemas mencionados. Realçou ter a intenção, à semelhança do que aconteceu anteriormente, de vir reforçar no sentido da ULS da Guarda ter alguma consideração pelos utentes do distrito. Relembrou a aposentação do Doutor Luis de Sousa, mencionando a disponibilidade daquele clínico para continuar a acompanhar os utentes de Guilheiro e Reboleiro, tendo solicitado autorização para o efeito. Dado que a dita autorização ainda não havia sido obtida, apelou ao Senhor Presidente de Câmara que encete diligências no sentido de conseguir obter alguma resposta. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, concordando com as palavras do deputado Daniel Joana, que não será de hoje para amanhã que será resolvido o problema da saúde, mas não podemos estar eternamente à espera, recordando que havia intenção de encerrar o Serviço do INEM em Trancoso, o PS foi para a frente do Centro de Saúde a pugnar para que se mantivesse. Apesar da Moção anteriormente

apresentada, não existe nenhuma resposta do que foi feito. Apesar de ser mencionado na atividade do Senhor Presidente duas reuniões com a ULS da Guarda, nenhum Senhor Deputado participou nessas reuniões. Questionou o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara o que é que, efetivamente, havia sido ou iria ser feito em prol da saúde em Trancoso. ----------

--- Em resposta o Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que a Mesa fez aquilo que é solicitado na Moção, o seu reencaminhamento para as diversas entidades, não sendo a resposta destas da responsabilidade do Presidente ou da Mesa. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, realçando que existe um consenso alargado sobre a importância dos cuidados de saúde no concelho, entre as várias forças políticas que tem assento nesta Assembleia Municipal. Todavia, relativamente a esta Moção, é necessário analisar os seus considerandos, de modo a que a mesma possa, ou não, ser aprovada. Recordou que se existe Partido que tem efetivamente reforçado o investimento do SNS é o Partido Socialista. Relembrou que o envelhecimento do corpo médico do SNS e da população causa constrangimentos, que não se conseguem resolver prontamente, reforçando que o Partido Socialista sempre votou a favor dos cuidados de saúde de todos os Munícipes do concelho, naquilo que é a defesa do SNS, um dos sistemas públicos e universais com melhores dados e resultados na Europa e no Mundo. Solicitou ao Presidente da Mesa, que na próxima vez que fosse apresentada uma Moção, se solicitasse aos proponentes umas cópias de modo a ser analisada pelos Deputados. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente da Mesa mencionou não existir no auditório meio de fotocopiar a referida Moção, sendo apenas da sua competência a leitura e respetiva aprovação da mesma. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, mencionando não ter nada a opor à Moção apresentada, pelo deputado João Rafael, embora venha na continuidade da última Moção apresentada, não podendo ser feita tábua rasa dos problemas que o SNS está a sofrer. Acrescentou dizendo que isto não significa que não devam ser tomadas decisões urgentes de modo a atenuar os problemas mais importantes, tendo os dois anos de pandemia COVID-19 causado fortes constrangimentos para o SNS. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que se vem tornando hábito atribuir-se sempre a culpa aos outros, nunca o Partido Socialista ter culpa, relembrando que esta força partidária governa há oito anos e que em Trancoso governa há doze anos, questionando qual a iniciativa que este Executivo teve para resolver a questão da saúde em Trancoso? ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente de Câmara disse estar atento a este problema enquanto autarca, acrescentando estar no cargo para servir as pessoas, com a noção exata de ser a saúde um dos pilares mais importantes no nosso estado social. Recordou que a Moção anterior, foi aprovada em setembro e enviada para a ULS Guarda, tendo solicitado uma audiência ao Conselho de Administração. Nesse contexto, teve oportunidade, em outubro, de alertar para essa Moção, não tendo, até ao momento, sido recebido. Realçou que o assunto, saúde, tem sido habitualmente abordado nas reuniões da CIMBSE, demonstrando todos os autarcas descontentamento com aquilo que se passa nos Centros de Saúde. Salientou que foi decidido que na próxima reunião da CIM haveria um encontro com o Conselho de Administração da ULS, no sentido de se marcar uma conferência de imprensa no Hospital Sousa Martins. É sua convicção que uma

tomada de posição conjunta tem uma força maior, tanto mais que se trata de um problema transversal a todos os autarcas cujos municípios integram a CIMBSE. Relativamente ao concelho de Trancoso revelou que o Dr. Duarte Guedes, irá retomar funções em janeiro. Realçou a estreita colaboração com o Centro de Saúde de Trancoso, tendo o Município disponibilizado um motorista, a tempo total, caso seja necessário, de modo a que a viatura da Unidade Móvel de Saúde, possa estar disponível para serviços de apoio ao domicílio. ----------

--- O Presidente da Mesa solicitou a Moção, de modo a ser lida uma vez mais e ser posta à votação. --------

--- O Presidente da Mesa procedeu à leitura da Moção. "----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, salientando que quando da releitura da Moção, tinham sido detetadas algumas imprecisões, nomeadamente: "ULS de Trancoso", não existindo esta designação, mas sim "UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados". O Grupo Municipal do PS também considerou que a adjetivação presente em alguns pontos, ultrapassa aquilo que é aceitável em relação ao estado da saúde em Portugal, nomeadamente as expressões: "estado de sítio", "pessoas a morrer a caminho do hospital", pois não se revêm nestas expressões, propondo ao Grupo Municipal da Coligação Sim, É Possível a retirada dessas expressões de forma a que a Moção fosse mais de encontro a que o Partido Socialista pensa do estado de saúde e do que é a realidade. ----------

--- O Presidente da Mesa, questionou a bancada da Coligação Sim, É Possível, se a Moção vai assim à votação ou se pretende efetuar alguma alteração. A referida bancada referiu concordar com a alteração da designação da "ULS de Trancoso" para "UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados" e em vez de "a este estado de sítio" ser mencionado "ao atual estado da saúde". De seguida foi colocada a Moção a votação, tendo a mesma sido aprovado por maioria, com um voto contra, nove abstenções e 27 votos a favor. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, clarificando o voto na moção foi no sentido de lutar por melhores condições no SNS e dos utentes do Município, sendo um dado inequívoco que não deve ser questionado. No entanto após a segunda leitura do texto entendeu que devia ser melhorado e repensado o conjunto de adjetivações nas quais não se revê, realçando que votou favoravelmente única e exclusivamente por se tratar do direito à saúde dos Trancosenses, propondo que numa próxima Assembleia Municipal se elabore uma Moção conjunta de ambas as bancadas, com uma redação pensada, ponderada e que corresponda melhor à realidade daquilo que são as condições do SNS no distrito. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Leocádio, mencionando ter votado contra, porque não concorda com a adjetivação do texto referindo, e cita-se: "que este texto colocado no Youtube ao lado de um texto do "CHEGA" não existiriam diferenças". ----------

--- O Presidenta da Mesa informou ter-se abstido na votação, não por considerar não existirem problemas na saúde distrital e concelhia, mas por não concordar com a adjetivação e alguns considerandos. Informou que a Moção se encontra aprovada e que, se assim o entendessem, enviar-se-ia à ULS. Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, fazendo um reparo positivo ao Senhor Presidente de Câmara pelas diligências tomadas em relação à Moção anterior, revelando que não caiu,

embora ainda não tenha existido o retorno da informação. Apesar das diligências efetuadas com as Infraestruturas de Portugal relativamente à EN 226, alertou ser necessária a rápida marcação da estrada, no troço que liga ao Reboleiro, visto a visibilidade, neste período de inverno, ser praticamente nula. Mencionou o Polo Industrial da Ribeirinha, salientando que os terrenos já se encontram todos legalizados e em condições de serem feitas as escrituras em nome do Município, solicitando que não se deixe cair a ideia da concretização deste polo. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando a insegurança dos alunos na Escola básica do 1º e 2º ciclo, pelo facto de os autocarros dos transportes escolares entrarem, diariamente, no recinto escolar, através do portão de acesso posterior, para efetuarem manobras, pondo em causa a segurança dos alunos, pois, uma simples distração por parte dos alunos ou motoristas, poderá dar origem a um acidente. Quando da construção do parque de estacionamento, deveria ter sido equacionada a possibilidade de um cais de embarque/desembarque exterior, à semelhança do que acontece em outras escolas do país. Fez referência ao abrigo "paragem de autocarros", cuja implantação a norte se torna muito desagradável face aos rigores do inverno em Trancoso. Voltou a relembrar a questão do transporte de alunos, da escola para o "Domum – Centro de Explicações, privado", com transportes públicos. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Rúben Anjos, mencionando a inexistência e falta do Conselho Municipal da Juventude, tendo os jovens desafios bastante exigentes ligados a questões com a Educação, Emprego, Habitação e Ambiente impondo discussões de modo a serem trilhados os melhores caminhos para uma sociedade em constante evolução. Entristece-se por o Conselho Municipal da Educação não estar ativo em Trancoso, sendo um instrumento indispensável ao Municipio de modo a concretizar uma renovada e ambiciosa política para a juventude, estimulando a participação cívica, criando um espaço de afirmação e envolvimento dos jovens nos processos de tomadas de decisão. Apelou ao Senhor Presidente de Câmara para a criação do referido Conselho, para que os jovens de Trancoso possam ter voz e dar contributos para o desenvolvimento do concelho. Terminou abordando a questão da Moção, salientando que não viu nela nada condenável e afirmando que o criador do SNS – Partido Socialista era o principal responsável pelo estado em que se encontra. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, realçando a intervenção do deputado José Nascimento, pois frequenta diariamente a EN 226 e não entende como é que desde agosto, não tinha sido, ainda, feita a marcação, tendo, apenas, sido sinalizada por pontos. Disse estarem criadas as condições ideias para a ocorrência de um acidente grave, se o nevoeiro se mantiver. E continuou afirmando que se não existisse a sinalização vertical e os rails, estar-se-ia a conduzir no escuro. Fez um apelo ao Senhor Presidente para que encete diligências com a maior urgência, junto das Estradas de Portugal, para que seja feita a marcação e a sinalização horizontal. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, que abordou a o tema da Estação Ferroviária de Vila Franca das Naves e a construção do Porto-Seco na Guarda. Lembrou que sendo a estação mais próxima antes de chegar à fronteira, a mesma terá que crescer inevitavelmente. Disse já ter alertado o Senhor Presidente, por diversas vezes para aquela situação, nomeadamente procurando identificar uma bolsa de

terrenos junto à Estação Ferroviária, no sentido de a fazer crescer. Relembrou que em 4/12/2023 tinha sido lançado o concurso público do porto-seco da Guarda, questionando sobre o que já fora feito, com quem já tinha falado, quantos terrenos já haviam sido identificados, qual a bolsa de terrenos recenseada e o que é que Executivo Municipal já tinha pensado sobre essa realidade. Referiu a empreitada do edifício dos Paços do Concelho que se encontrou parada durante dois meses, tendo obtido a informação de se ter tratado de um erro no projeto das estruturas do edifício. Perguntou se era ou não verdade, e sendo verdade quem eram os responsáveis pelo erro e se já haviam sido feitas algumas diligências para identificação e quais as consequências do ponto de vista do custo da execução da obra. Referiu a Incubadora de Empresas – Trancoso Invest, cujo regulamento interno já foi aprovado, perguntando quantos candidatos ou entidades pediram já para utilizar o referido espaço e quantos se encontram em lista de espera. Terminou abordando o tema do SNS, recordando que no dia 1 de dezembro havia sido prestado o Juramento de Hipócrates por mais de 400 médicos. Disse entender que era necessário pensar mais além e fazer aquilo que se faz em termos de turismo, isto é a Câmara estar presente e procurar sensibilizar aqueles médicos e vender as virtualidades do território, podendo tal atitude colher ou não frutos, mas não deixando de ser uma possibilidade efetiva. ----------

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor Presidente de Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, sobre a falta de marcação horizontal na EN 226 , nos troços recentemente pavimentos, informando ter já sido enviado às Infraestruturas de Portugal o seguinte ofício: "Atendendo às condições climatéricas adversas que se fazem sentir no concelho de Trancoso, nestes meses frios, nomeadamente o sincelo, o gelo e o denso nevoeiro, solicito, de novo, a V. Exa. que se digne mandar proceder com urgência à marcação da sinalização horizontal da estrada nacional 226, especialmente no troço recentemente repavimentado, Trancoso, Castaíde e Rio de Mel. Esta falta de marcação, traço contínuo e descontinuo, coloca em risco a segurança de todos os automobilistas que por ali transitam, especialmente no período da noite.". No entanto, disse que continuariam a encetar-se diligências com vista à marcação o mais breve possível. Relativamente ao Polo da Ribeirinha, referiu que o mais importante era efetuar o pagamento ao empreiteiro em resultado de uma transação judicial de setembro de 2013, no valor de 466.000,00€ (quatrocentos e sessenta e seis mil euros), acrescido de juros, aproveitando para desafiar todos os deputados a constatar a obra executada. Continuou esclarecendo que àquele processo acrescia a repavimentação de um arruamento em Vila Novinha, de 2013, e as diversas ações judicias, nomeadamente a do Mercado Grossista e a do Mercado do Gado. Respondeu ao deputado Joaquim Cavaca, acerca da insegurança dos alunos dentro do Agrupamento de Escolas de Trancoso, desconhecendo a situação, sem, contudo, deixar de prometer que o assunto seria levado à reunião do Conselho Municipal da Educação, a fim de serem cumpridas as regras de segurança dentro do estabelecimento de ensino. Relativamente ao abrigo, disse achar que essa infraestrutura teria muita utilização, por parte dos alunos, se os autocarros não entrassem no interior do recinto escolar. Em relação aos transportes para o Centro de Explicações, informou que a Câmara não fazia esse serviço, estando programado, apenas, o transporte para a Central de Camionagem. Respondeu ao deputado Rubén Anjos, informando ser verdade não ter ocorrido qualquer

reunião formal com vista à constituição do Conselho Municipal da Juventude. Realçou, porém, que em matéria de políticas de juventude se encontrava completamente à vontade, orgulhando-se do concelho a que presidia e daquilo que se vem fazendo em todas as associações do concelho. Respondeu ao deputado João Caramelo informando que, relativamente à Estação da CP de Vila Franca das Naves, o executivo se sentia orgulhoso do investimento em execução na requalificação da ferrovia, bem como no que irá ser feito na estação de comboios de Vila Franca das Naves. Referiu que não se devia ser demagógico ao ponto de se reclamar um porto seco para esse local, existindo outros assuntos de maior interesse para a população, nomeadamente a travessia pedonal que, com segurança, irá ser concretizado. Referiu as obras no Paços do Concelho, informando terem existido algumas alterações ao projeto por serem obras de requalificação. O projetista não poderia imaginar que as paredes não dispunham resistência suficiente para aquilo que se encontrava pensado. Por tal razão, foi decidida a aplicação de uma estrutura metálica de vigas e pilares, o que exigiu pareceres da Direção Regional de Cultura do Centro e da Direção Regional de Património Cultural de modo a que a obra pudesse continuar. Relativamente à Trancoso Invest, informou que o júri do concurso já tinha respondido favoravelmente a 3 empresas para começarem em janeiro. Referiu a existência de outro pedido na área do turismo, que ainda se encontrava em analise. Relativamente à questão da saúde, referiu já ter participado em diversas cerimónias de fim de curso, realçando que, após esse momento, ainda existe um caminho de 4 anos a percorrer, salientando que com regularidade vem médicos de família a Trancoso com o propósito de se fixarem cá. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, solicitando esclarecimento sobre o período de paralisação dos trabalhos na obra dos Paços do Concelho, sobre o aumento previsível de custos com a estrutura. Continuou referindo que, pese embora, o projeto ter sido elaborado por uma entidade exterior, fora aprovado e analisado pela Câmara, esclarecendo que numa estrutura de pedra que suporta pavimentos de madeira as cargas são reduzidas, quando são efetuados cálculos para pavimentos maciços, suportes em betão armado e metálicos, as paredes são sobrecarregadas, fazendo-se o alívio das paredes e escadas com a criação de uma estrutura independente. Terminou perguntando a razão de não ter sido prevista pelos técnicos tal anomalia tão simplista. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que os trabalhos haviam sito retomados havia mais de duas semanas, tendo sido levantado o auto de suspensão. Devido às temperaturas negativas e ao mau tempo, não estavam reunidas as condições ideias para serem colocadas estruturas de betão armado. Salientou que a obra não apresenta qualquer problema, estando a decorrer a bom ritmo, com as alterações mencionadas anteriormente. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, solicitando esclarecimentos sobre o Porto Seco na Estação Ferroviária da Guarda, uma vez que, se sabe antecipadamente, que terá de existir a colaboração de outra estação ferroviária na linha da Beira Alta, questionando se já se acautelara a situação com a identificação de uma bolsa de terrenos. Solicitou também esclarecimento sobre a empreitada dos Paços do Concelho, perguntando, muito concretamente, se tinha havido ou não erro de projeto? Se houve de quem era a responsabilidade? Do projetista e/ou do departamento técnico da Câmara? Já se encontram

identificados esses erros? Tendo existido um erro de projeto e havendo custos acrescidos do ponto de vista financeiro se o Executivo Municipal já tinha pensado no assunto e efetuado uma estimativa e o que é que pretendia fazer? ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara, informou que não passava pela cabeça de ninguém criar na estação da CP de Vila Franca das Naves um acréscimo ao porto-seco da Guarda. Relativamente aos Paços do Concelho referiu que não existiu nenhum erro no projeto, mas, depois da demolição chegou-se à conclusão que era melhor optar por uma estrutura diferente, uma alteração consensual entre o empreiteiro, o dono de obra e o projetista da obra. ----------

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, José Nascimento, mostrando-se solidário com a resposta do Senhor Presidente referente à marcação da estrada EN226. No entanto, ficou desagradado com a resposta dada, referente ao Polo Industrial da Ribeirinha pois, há 10 anos, quando este Executivo tomou posse sabia que existiam aquelas dívidas, sendo de todo o interesse negociar com os empreiteiros em vez de os afastar. Ultrapassada a questão do PDM, não entende como é referido que não poderão lá ser instaladas empresas. Mencionou ainda, a questão do registo dos terrenos que espera que seja para breve. Apelou ao Senhor Presidente para a realização de uma reunião com os presidentes de junta das freguesias afluentes a Trancoso, e com os técnicos, de modo que possam aferir o que é necessário e serem definidos os lotes para que os empresários possam beneficiar desse espaço e se instalarem brevemente. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que o deputado Mário Gonçalves referiu um erro no projeto nos Paços do Concelho, no entanto, o Senhor Presidente referiu uma alteração ao projeto. Independentemente do nome que lhe queiram chamar, a questão concreta é saber o custo dessa alteração para os munícipes de Trancoso. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara referiu que a alteração do projeto não teve custos. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, respondendo ao deputado João Caramelo que o Executivo liderado pelo Partido Socialista não tinha conhecimento dos milhões de euros que tinha de pagar relativos a dívida não registada e a obras não concursadas. Quando o Executivo teve de pagar 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) à CIVIFRAN, não sabia, porque não houve concurso. Quando teve de se pagar 441.000,00€ (quatrocentos e quarenta e um mil euros) à BIOSFERA, não sabia, porque os contratos tinham sido efetuados com as juntas de freguesia. 5.000,00€ (cinco mil euros) eram devidos à ARQUEHOJE, e o Executivo não sabia porque o contrato tinha sido feito com uma Associação de Desenvolvimento e Formação de Trancoso, 9.387,68€ (nove mil trezentos e oitenta e sete euros e sessenta e oito euros) à TRANSDEV, não sabia, pois não houve concurso para a prestação desse serviço, 1.825.666,00€ (um milhão, oitocentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e seis euros) à AURÉLIO LOPES, LDA. de obras públicas não concursadas e sobre as quais não existia nenhuma informação. 112.451,74€ (cento e doze mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos) à RESUR, 150.001,13€ (cento e cinquenta mil e um euro e treze cêntimos) à ASCOP, 25.163,70€ (vinte e cinco mil, cento e sessenta e três euros e setenta cêntimos à ANTÓNIO CORREIA, de iluminação de natal de 2008, cerca de 200.000,00€ (duzentos mil euros) à ELISEU & FILHOS, LDA., 517.000,00€ (quinhentos e dezassete mil euros) à FRANCISCO LOPES, 50.845,53€

(cinquenta mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos) da iluminação dos bombeiros voluntários de Vila Franca das Naves à CIPRIANO CARVALHO, LDA., não adivinhando o Executivo liderado pelo PS, que teria de pagar cerca de três milhões e setecentos e setenta e um mil euros, em 10 anos, porque as obras não foram concursadas sendo a dívida encapotada e ficando a saber através das reuniões tidas com os empreiteiros. Relativamente às obras dos Paços do Concelho, antes de se afirmar que houve um erro, deveriam perguntar se esse erro era detetado, ou não, na fase de elaboração do projeto. Havia informação que não era possível efetuar uma sondagem no edifício por se encontrar ocupado, e a sondagem devia ser feita nas paredes interiores e exteriores. À posteriori verificou-se que as estruturas não suportavam o que se pretendia fazer. Não se considera um erro, mas sim uma alteração ao projeto originada por circunstâncias supervenientes que não eram possíveis detetar na altura em que foi elaborado o projeto. ----
--- Em resposta o Senhor Presidente de Câmara respondeu ao deputado José Nascimento, dizendo que se a situação já se encontra toda legalizada para ser feita a escritura dos referidos terrenos, existe liberdade total para serem agendadas as escrituras o mais breve possível. Quanto ao projeto terá de ser reavaliado. -
--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. ----------
--- No uso da palavra o Presidente do Município informou que tinham sido três meses de muito trabalho com condições climatéricas adversas, calor intenso até outubro e um outono extremamente chuvoso e gélido, dificultando a execução dos trabalhos dos serviços externos. No entanto, a atividade municipal tinha decorrido com normalidade tendo os serviços externos correspondido plenamente na limpeza das folhas e espaços verdes e colaborado com as juntas de freguesia na manutenção de alguns caminhos e estradas municipais. Estiveram, também, envolvidos na preparação da Feira da Castanha, na Feira do Gado de Santa Luzia e na iluminação de Natal. Seguidamente, o Presidente, referiu as obras em execução concretamente no Castelo em Moreira de Rei, nos arruamentos dos Esporões, na Escola de Vale do Seixo e Moimentinha. Relativamente a projetos, salientou o edifício dos Paços do Concelho na parte de arqueologia. Disse ainda, que foram lançados os projetos para o BTT da Serra do Pisco e para a requalificação da antiga Escola Primária de Vila Franca das Naves. Quanto aos projetos em preparação, referiu o Museu da Cidade, a requalificação do Parque Escolar do AET, que ronda cerca de cinco milhões e trezentos mil euros, a habitação acessível, a construção no Loteamento da Senhora da Fresta, (obra que conta com fundos do PRR de cerca de um milhão e trezentos mil euros). Mencionou a grande participação de todas as associações culturais, desportivas e recreativas, juntas de freguesia e IPSS, que foram extraordinárias na dinamização do concelho e no desenvolvimento de todos os eventos como a Feira da Castanha, a Mostra do Gado na Feira de Santa Luzia. Referiu que houve um contacto direto com a DGAV no sentido de se realizarem Mercados do Gado pelo menos uma vez por mês. Destacou a forma como decorreu o mês de dezembro, com a Magia de Natal, deixando uma palavra de apreço aos funcionários que foram excelentes na qualidade dos eventos ali realizados. Relativamente à execução do orçamento, e tendo como referência de análise o dia 20 do corrente mês, importa referir que o valor da receita líquida cobrada, ascende a 17.131.841,34€ (dezassete milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e quarenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), o que corresponde a uma execução de 77,38 %. Quanto à despesa paga até à mesma

data, o valor ascende a 14.097.362,08€ (catorze milhões, noventa e sete mil, trezentos e sessenta e dois euros e oito cêntimos), o que corresponde a uma taxa de execução de 61,61 %. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, felicitando o Senhor Presidente pela sua capacidade de trabalho, que considera incrível, no entanto considera que tem caído no esquecimento a ETAR de Vila Franca das Naves uma vez que é um assunto já com bastante tempo. Referiu-se, também, à necessidade de passagem do autocarro, que faz ligação à Guarda, em Vila Franca das Naves pois é um ponto estratégico. Solicitou que se encetem diligências no sentido de acelerar o projeto do Polo Industrial II de Vila Franca das Naves, de modo a que possa haver desenvolvimento nesta localidade pois existem pessoas à procura de terrenos para construção. Referiu a Rua das Naves que devido ao PDM não permite construções e, neste sentido, solicitou que possa ser revisto o PDM para que as construções sejam possíveis. Disse ainda, que é necessário um apoio extraordinário às juntas de freguesia que "tenham pés para andar" sem prejuízo das outras. Quanto ao mercado de Vila Franca das Naves entende que é prioritária a sua requalificação visto ser uma localidade que serve vários distritos e concelhos. Mencionou, seguidamente, a Cooperativa Agrícola Beira Serra que necessita de ser ajudada de modo que possa prestar o devido apoio aos produtores do concelho, havendo a necessidade de se dar uma face nova aquele equipamento, com uma pintura, sem descurar a ajuda de modo a manter os 15 postos de trabalho ali existentes. ----------

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, questionando para quando se encontra prevista a conclusão dos trabalhos no largo envolvente da Igreja de Santa Marinha, em Moreira de Rei. Referiu o arruamento dos Esporões, cujos trabalhos decorrem a bom ritmo faltando apenas a colocação das massas betuminosas, e agradeceu aos técnicos do Município pelo excelente trabalho de acompanhamento que efetuaram e por sempre o terem convocado para acompanhar esse processo. Referiu-se, em seguida, às fugas no abastecimento de água na aldeia de Golfar, sendo um projeto que se encontra contemplado nas GOP e sabendo que foi lançado um concurso publico que ficou deserto, questiona o Senhor Presidente em que estado se encontra a reformulação do projeto (?) quando será lançado um novo concurso público e quando será possível efetuar a rede de águas e saneamento básico em Golfar (?). Relembrou, também, ao Senhor Presidente, que na localidade de À-do-Cavalo existia um problema de fugas de águas que foi resolvido, havendo agora a necessidade de repavimentar algum pavimento degradado, nomeadamente no Largo da Capela. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, referindo que verificou que no dia 13/11/2023, o Presidente da Câmara esteve numa reunião online com a CGD e MRG, relacionada com o problema da PACETEG. No dia 23/11/2023 participou em uma reunião com o Senhor Diretor Geral do Tribunal de Contas, Senhor Juiz Conselheiro Fernando Oliveira Silva, no âmbito da fiscalização prévia relativa à PPP, em Lisboa. Presume que as duas reuniões tivessem objeto semelhante. Recordou que faz agora dois anos que na primeira Assembleia Municipal, após a instalação, foi aprovada a proposta que o Executivo Municipal trouxe à Assembleia, no sentido de solucionar o problema da PACETEG em junho de 2022. Interrogado o Senhor Presidente, não foi possível uma resolução porque a Lei do Orçamento que tinha entrado em vigor já não permitia a solução jurídica que tinha estado como pressuposto da proposta feita anteriormente. Na

Assembleia Municipal de abril ou junho de 2023, foi questionado o Senhor Presidente sobre este assunto, tendo referido que existia já uma solução à Lei do Orçamento 2023 não igual à anterior, mas uma redação legal que permitia solucionar a questão. Na Assembleia Municipal de setembro de 2023, foi trazida uma proposta para solucionar o problema resultando desta proposta a contração de um empréstimo junto da CGD, para efetuar o pagamento do valor acordado em dívida a breve prazo. No entanto, na presente Assembleia Municipal, não foi trazido o assunto. Olhando para a ata da reunião de Câmara de dezembro, pode verificar-se que quase três meses depois da reunião da Assembleia Municipal de setembro, a Câmara se preocupou com o concurso para a contração do empréstimo para fazer face ao pagamento do valor. Questiona então, qual é a situação atual no que concerne a este assunto. A forma de resolver o problema é aquela que a Assembleia Municipal autorizou ou irá ser submetida uma nova proposta à Assembleia Municipal por parte do Executivo Municipal(?). Disse que estas questões assentam na razão da alteração da data da Assembleia Municipal para o dia 28/12/2023 e se a finalidade era a aprovação da proposta do empréstimo para o dia 29/12/2023. Não havendo ainda uma solução, questiona se a Lei do Orçamento aprovada, prevê esta possibilidade de solução e para quando se prevê a efetivação da resolução do problema. Referiu-se, também, às comemorações dos 750 anos da Feira de São Bartolomeu questionando se irá ser efetuada mais alguma coisa ou se se encontra satisfeito com os pequenos feitos alusivos à data. Caso não se encontre satisfeito o que pretende fazer e quando (?). Terminou salientando que as taxas de execução da receita, sobretudo a receita de capital, são baixas, com cerca de 56,9%, o que significa não ter havido intenção por parte do Executivo Municipal, em promover a existência de receitas de capital. A receita corrente encontra-se na casa dos 76%, é pouco, principalmente se se pensar no PRR que se pretende que o Executivo Municipal de Trancoso consiga captar alguns dos valores que ele contempla, o que exige que a taxa de execução seja de 100%. Demonstrou ainda, mais preocupação olhando para as taxas de execução da despesa porque a taxa de execução da despesa corrente é de 69,56%, cerca de 2/3 do previsto, colocando a questão: ou a Câmara gastou apenas 2/3 do previsível, despesas com salários e encargos previsíveis, ou empolou e inflacionou as despesas. Relativamente às taxas de execução das despesas de capital de 41,74%, resulta em menos do que aquilo que o Executivo Municipal previu que ia gastar em obras a mais, e não teve capacidade para as fazer. Comparou os dados de 2021 com os de 2023 e concluiu que a taxa de execução da despesa corrente cresceu 15%. Disse que o Município ficou mais gordo e mais pesado e consome mais recursos. Já a taxa de execução das despesas de capital cresceu 4%, ou seja, a Câmara gasta 3,5 vezes mais do que aquilo que gastava com o seu próprio funcionamento tendo apenas crescido uma pequena fatia no que diz respeito à realização de despesa, que se pretende reprodutiva do ponto de vista económico e financeiro e que promove o desenvolvimento e o crescimento económico, estando a ter despesas supérfluas em vez de ter despesas boas. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, referindo que o deputado João Caramelo, fez um resumo e trouxe questões pertinentes sobre a PPP. O deputado João Paulo Matias, explicou que este processo é negocial entre quatro partes, MUNICÍPIO, MRG, TEGEC e CGD, sendo necessário existir uma concertação das quatro partes para o processo poder avançar. O Município só podia avançar para o passo

seguinte depois do visto do Tribunal de Contas, que chegou a 31/10/2023, havendo dois meses, até ao final do ano, para serem compradas as ações da TEGEC e MRG referentes à PACETEG por parte do Município, de modo a dar-se a dissolução da PACETEG, lançar o procedimento da contratação do empréstimo no valor de cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros) para pagar dívidas fiscais, redigir as minutas do contrato de empréstimo, reestruturar a dívida e o acordo para as cargas fiscais. Tudo aquilo que dependia do Município foi feito: as minutas, a compra das ações por parte da TEGEC. O plano de transação encontra-se a ser efetuado, lançou-se o procedimento tendo existido a dúvida se o empréstimo deveria ser feito pelo Município ou pela PACETEG. Esclarecida a dúvida em reunião com o Tribunal de Contas, era conveniente ser o Município a lançar o procedimento. O deputado João Paulo Matias lamentou que a parte que correspondia aos parceiros não ter sido cumprida. A CGD não redigiu as minutas do contrato de empréstimo e a MRG ficou de fazer a minuta do acordo para injeção de cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), acrescendo a isto a resposta do procedimento para o empréstimo de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), uma por parte do Banco BIC, que não foi escolhido por causa do spread, e outra da CGD que dá uma resposta a dizer que o empréstimo é com a PACETEG e não com o Município além que não cumpriu a cláusula onde refere que as amortizações do empréstimo têm de ser constantes e não fixas, não respeitando o caderno de encargos ambas as propostas foram excluídas ficando o concurso deserto. Após estes acontecimentos a MRG levanta questões que nunca tinha referido, não quis assinar o contrato de compra e venda das ações enquanto não houvesse um segundo visto havendo uma impossibilidade jurídica porque só se pode avançar para o segundo visto depois da compra das ações depois da PACETEG se tornar uma entidade municipal. Realçou que aquilo que dependia do Município se encontrava tudo pronto para efetivamente ser trazido hoje à Assembleia Municipal e ser aprovada esta segunda fase que era o plano de internacionalização da PACETEG, a contratação do empréstimo de cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros) e a reestruturação da dívida com a CGD. No entanto, isto é um processo negocial complexo dependendo de vários parceiros. Mencionou que o artigo 118º do Orçamento de Estado para 2024 mantém exatamente a mesma solução que esteve na origem da segunda aprovação. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, referindo-se às palavras proferidos pelo deputado João Carmelo, quando disse que a "Câmara engorda e não cresce", por via do aumento da despesa corrente. Esclareceu que a despesa corrente não é uma gordura, pois se fosse uma gordura estaríamos a chamar algo excendentário aos serviços que os funcionários fazem em prol das pessoas e estando a chamar gordura ao serviço público e à sua qualidade. Realçou que o Partido Socialista não reconhece essas atividades como gordura, mas, sim, como músculo sem o qual o concelho não se pode desenvolver. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, José Clemente, mencionando a abertura do espaço "Centro de Inovação Social" e da sua equipa, que em pouco mais de dois meses de atividade têm mais de cinquenta utentes diários a conviver e a fazer um trabalho fantástico, parabenizando o Executivo pela abertura do referido espaço. Realçou a participação das Associações, Juntas e Uniões de Freguesia na Feira da Castanha, destacando que o tecido associativo e as juntas de freguesia devem estar presentes nos eventos e mostrar a realidade que existe em cada uma. Referiu o espaço Magia de Natal, salientando que este

Município foi o primeiro do distrito, desde 2013, a ter um espaço multidiversificado, isto é, um espaço lúdico, um espaço para concertos e que permite no dia 31 de dezembro realizar o Fim de Ano. Destaca as condições climatéricas adversas que se fizeram sentir nesta altura do ano, reforçando a ideia que o espaço "Magia de Natal" tem condições de excelência para aqueles que nos visitam, para as crianças e para todos. Mencionou a participação ativa das associações locais, na "Chegada do Pai Natal", com cerca de 100 figurantes, com bombeiros voluntários, associações culturais, recreativas e desportivas, fazendo desse dia, um dia de magia para as crianças. Seguidamente, solicitou ao Executivo para ter em atenção a árvore "tília da Igreja de Santa Maria", uma vez que com o sincelo um ramo partiu e necessita de uma intervenção com brevidade. ----------

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, respondeu ao deputado Leonel Alves, dizendo que Vila Franca das Naves continua viva e bem viva sendo um polo de desenvolvimento social muito grande e com grande dinamismo. Reconhece a falta de habitação em Vila Franca das Naves, mas isso significa, também, que a localidade tem crescido. Relativamente ao Largo do Mercado já foi visto por uma arquiteta paisagística prevendo-se a sua requalificação para breve. Mencionou o projeto da ETAR de Vila Franca das Naves, realçando que se encontra quase concluído. Relativamente à Adega Cooperativa Beira Serra, a Câmara apoia-a e irá continuar a apoiá-la dentro das possibilidades. Respondeu ao Presidente de Junta de Freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, informando que apenas falta executar os arranjos exteriores na envolvente da Necrópole de Moreira de Rei pois, devido às condições climatéricas não tem sido possível. Disse que tanto os conteúdos como o mobiliário já se encontram dentro da Igreja. Os arruamentos na localidade dos Esporões ainda não foram concluídos devido às condições adversas do tempo. Quanto ao problema de rede de águas em Golfar, trata-se de uma situação que, caso não fosse a rede de saneamentos e os custos inerentes a essa obra, já podia ter sido resolvida. Contudo, desde que este Executivo assumiu funções não houve um financiamento de fundos comunitários nem para obras de saneamento nem para o abastecimento de águas. Estão previstos alguns arruamentos em À-do-Cavalo. Respondeu ao deputado João Caramelo, questionando se o deputado esteve na abertura da Feira da Castanha e que em 31/10/2023 foi recebido o visto do Tribunal de Contas relativamente ao que foi aprovado em Assembleia Municipal em 29/09/2023 sobre a proposta transitória por parte do Município, das participações sociais detidas pela TEGEC e grupo MRG, do capital social da PACETEG ao abrigo do art.º 166 do Orçamento de Estado para 2023, subsequente a internacionalização da sua atividade e aprovação das respetivas minutas de contrato. Foi uma boa notícia para Trancoso e como já foi explicado pelo deputado João Paulo Matias, trata-se de um assunto de muita complexidade não dependendo apenas da Câmara Municipal. Salientou que após a sua resolução esta entidade irá poupar cerca de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros), relativamente aos contratos existentes. Reforçou as palavras proferidas pelo deputado João Paulo Matias, relativas ao assunto da PPP. Relembrou a Feira de São Bartolomeu realçando que decorreu muito bem e que os 750 anos foram devidamente assinalados tendo recebido, por vários meios, os parabéns. Realçou a apresentação de um livro, no dia 10 de dezembro, no espaço Magia de Natal, do autor Santos Costa, que era para ter sido lançado na altura da Feira de São Bartolomeu, mas, que por indisponibilidade da editora, só agora foi possível o seu lançamento. Informou todos os Deputados que lhe será oferecido o livro "Vida e Trovas do Bandarra", no

final desta Assembleia Municipal. Quanto às taxas de execução, disse ter solicitado ao departamento de contabilidade os Orçamentos de 2009 a 2012, sendo que o de 2009 foi de 24.012.372,00€ (vinte e quatro milhões, doze mil e trezentos e setenta e dois euros), 2010 com 26.726.000,00€ (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil euros), 2011 com 29.000.000,00€ (vinte e nove milhões) e 2012 com 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões), questionando assim, se os números apresentados no presente Orçamento são empolados (?). Sublinhou que é necessário conhecer os orçamentos para se gerir a Câmara Municipal e, dizer que a despesa corrente teve um aumento do ano de 2022 para 2023 de cerca de 15%, é algo óbvio pois os salários aumentaram e a inflação aumentou. Realçou que em termos de execução a Câmara se encontra no bom caminho. Agradeceu ao deputado João Paulo Matias, pelos esclarecimentos prestados à Assembleia Municipal sobre a PPP. Concordou com o proferido pelo deputado Daniel Joana, realçando que não se pode falar em gorduras naquilo que contribui para o desenvolvimento do concelho e bem-estar das pessoas. Realçou a intervenção do deputado José Clemente, relativamente ao Centro de Inovação e Desenvolvimento Social tratando-se de uma obra que dá a maior resposta social que a Câmara Municipal de Trancoso alguma vez deu, e convidando todos os deputados a visitar o espaço e descobrir o que ali se faz, pois, as atividades ali realizadas pelos utentes, combatem o isolamento, a solidão, e promovem a qualidade de vida de todos os utentes. Referiu com agrado, a participação das juntas de freguesias e associações do concelho nos eventos do Município, destacando a parada de Natal. Ficou registado a necessária intervenção na tília do Largo de Santa Maria. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o quadro de pessoal tem reduzido de forma significativa uma vez que muitos funcionários se aposentaram e outros solicitaram mobilidade de serviço. O mapa de pessoal para 2024, não contempla nenhum lugar novo apesar de terem entrado em funcionamento vários novos equipamentos. Estão previstas algumas novas ocupações de lugares na categoria de técnicos superiores, nomeadamente um veterinário e um jurista. Disse que o quadro de pessoal proposto é adequado às necessidades do Município garantido a funcionalidade dos serviços. ----------

--- Colocado o ponto à votação, pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto três**. ----------

--- Usando a palavra o Presidente do Município, informou que o Orçamento para 2024 é elaborado num contexto complicado devido à guerra, à inflação e à crise energética, entre outros fatores. Este Orçamento procura dar resposta às necessidades das famílias e empresas. É um Orçamento com a marca do rigor, da responsabilidade e contenção, sendo um Orçamento de continuidade, mas, também, de progresso. Procura seguir aquilo a que se propuseram, como continuar a honrar os compromissos assumidos, resolver o problema das ações judicias e continuar a fazer obras essenciais e a captar investimento privado para Trancoso, contando com as verbas do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) para requalificar diversos espaços, destacando o Parque Escolar e as obras necessárias no AET (Agrupamento de Escolas de Trancoso). Foi assinado um contrato programa interadministrativo com a Direção Geral do Património Cultural da DRCC, relativamente à obra de requalificação de parte das muralhas, na zona das Portas do

Carvalho. Irá ser assinado brevemente o contrato com IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), trazendo mais dinheiro para Trancoso de modo a requalificar nove habitações. No âmbito da candidatura ao Portugal 2030, pretende-se requalificar o Palácio Ducal para a instalação do Museu da Cidade e a Zona Industrial de Vila Franca das Naves. É um Orçamento com ambição, que pretende abranger todo o concelho, assentando num valor global em termos de receita e de despesa de 22.927.162,00€ (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e dois euros), sendo a receita corrente de 16.843.124,00€ (dezasseis milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e vinte e quatro euros) e a despesa corrente 14.516.200,00€ (catorze milhões, quinhentos e dezasseis mil e duzentos euros), superando a receita corrente em 2.326.924,00€ (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e quatro euros) a despesa corrente, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental. Os empréstimos bancários são os mais baixos de sempre a rondar o valor de 2.784.308, 94€ (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oito euros e noventa e quatro cêntimos). ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando o Orçamento para despesas de capital para 2024, e, uma vez tendo sido adiadas algumas obras para anos seguintes, 2025 e 2026, nomeadamente a requalificação do Largo do Mercado, espera que este seja concretizado brevemente. Na zona industrial, Polo II, prevê-se a conclusão para 2026. Existe também um ponto relacionado com a ampliação e a requalificação do saneamento de Vila Franca das Naves, sobre o qual questionou se o mesmo inclui o saneamento básico da Rua dos Moinhos, que liga a rotunda dos passarinhos aos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves. Aproveitou para esclarecer o deputado João Paulo Matias, que relativamente ao projeto dos Paços do Concelho, não tendo sido feitas sondagens, era necessário ter precavido o cálculo de uma estrutura independente, para que não existisse sobrecarga. Relativamente à Escola Básica 1 e 3 de Vila Franca das Naves, o diretor do Agrupamento de Escolas de Trancoso, pretende retirar do Centro Social e Paroquial de Vila Franca das Naves a valência do pré-escolar e colocá-lo na Escola Básica 1 e 3, questionando o Senhor Presidente se está prevista a instalação nesta valência e se está contemplada a requalificação para adaptação ao pré-escolar, pois considera que se o pré-escolar for retirado do atual local vai representar uma situação de desemprego para os funcionários e depois existe a oferta de tempo inteiro, mais alargada do que aquilo que o AET irá possibilitar aos pais, porque existem famílias que deixam as crianças às 08h da manhã e que vão busca-las às 19h, existindo uma diferença na gestão e no prolongamento do horário. Relativamente à ETAR de Vila Franca das Naves, existe uma verba significativa afeta a este empreendimento para o ano 2024 no valor de 222.500,00€ (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos euros) e para 2025 o valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), tendo questionado quando é que esta obra estará concluída. Perguntou ainda ao Senhor Presidente se se encontrava contemplada na requalificação da EB2 e 3 de Trancoso a requalificação do ginásio afeto a essa valência. Mencionou que possivelmente poderá vir a abrir um concurso através do PRR para aquisição de mobiliário, material didático e informático, possibilitando a renovação de todo este equipamento nas 3 escolas. Mencionou a Educação considerando que os alunos se encontram a ser mal preparados para o futuro à semelhança daquilo que acontece com a saúde. Em relação à habitação em Vila Franca das Naves referiu que existem terrenos

loteados, mas que ainda não foram adquiridos pelo Município para que possibilitasse a construção através do PRR. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, manifestando a intenção de votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentados para 2024, porque o Orçamento pretende-se que seja um documento onde se plasmam intenções de futuro e onde, por princípio, se encontra delineada uma estratégia que se pretende que seja de crescimento e de desenvolvimento. Olhando para este Orçamento e para as GOP, aquilo que se tem é "mais do mesmo", uma repetição daquilo que sucessivamente tem vindo a acontecer. Existem projetos desde 2021 que sucessivamente são plasmados e que não saem das GOP, significando que não são feitos, nem deixam de ser, nomeadamente as ETAR's de Rio de Mel, Vale de Mouro e Castaíde, a rede de águas e saneamento de Golfar, a rede abdutora de abastecimentos de águas a Frechão e Torres, a requalificação do Parque Municipal, a elaboração dos quatro planos das unidades operativas de planeamento e gestão para a Barragem da Teja, as zonas industriais da Ribeirinha e de Vila Franca das Naves e para o planalto do campo da Batalha de São Marcos, a repavimentação das estradas municipais entre Castaíde, Rio de Moinhos e Rio de Mel e a ligação à EN 226 ao limite do concelho em Carapito, sem esquecer as obras de ampliação do cemitério na sede do concelho. Mais do que estas obras o mais importante é planear, prever e ter em consideração o desenvolvimento e o crescimento. Quando mencionou que a taxa de execução de despesa corrente aumentou cerca de 14% em dois anos, devido ao aumento do número de funcionários, da massa salarial e do IVA, contrariou-se logo de seguida, porque quando mencionou o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Trancoso salientou que nos dois últimos anos este diminuiu em 40 funcionários, tendo o dom da obliquidade, pois diminuiu o número de funcionários e ao mesmo tempo aumentou a massa salarial dos funcionários e aumentou o valor dos impostos daí advenientes. Alertou que a "gordura" não tem a ver com aquilo que é feito ou deixa de ser feito, não tem a ver com os apoios às instituições, com ter funcionários e pagar salários e com ajudar as associações, sendo isso normal e desejável e impondo-se que assim seja, estando antes a questão relacionada com a quantidade, referindo que quando se fala do aumento de despesas correntes tem a ver com o exagero naquilo que diz respeito a essas mesmas despesas. ----------

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara respondeu ao deputado Mário Gonçalves que não costumam empurrar os problemas com a barriga, pelo contrário são encarados de frente com determinação e coragem, tendo já sido dadas provas disso. Relativamente às questões de Vila Franca das Naves existem esses compromissos assumidos, nomeadamente o Largo do Mercado, a Zona Industrial, onde o projeto já foi entregue, estando envolvidos cerca de 795.000,00€ (setecentos e noventa e cinco mil euros), havendo a necessidade de ser provido de financiamento para ser executado, entre outros, salientando que Vila Franca das Naves não se encontra esquecida. Salientou também que a obra da ETAR de Vila Franca das Naves não começou há muito tempo, tendo sido lançada apenas com o orçamento do Município e estando praticamente concluída. Relativamente às Escolas, por sugestão do Presidente de Câmara, e apesar das verbas serem relativamente pequenas, foi feita a requalificação do piso do pavilhão da Escola Secundária, estando o mesmo já em funcionamento. Quanto à questão da creche – pré-escolar, não se encontra nada

pensado para a EB 1, 2 e 3 de Vila Franca das Naves, deixando um reconhecimento à Instituição da forma como acolhe as crianças. Relativamente ao sucesso escolar/provas de aferição afirmou que existe preocupação. Quanto à questão dos equipamentos para a escola, pensa que a Escola Profissional de Trancoso efetuou uma candidatura para equipamentos informáticos no valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), estando no bom caminho. Relativamente ao AET não tem conhecimento se a candidatura foi efetuada. Respondeu ao deputado João Caramelo, informando que a obrigação da Câmara Municipal é apresentar nesta Assembleia um Orçamento, que foi considerado ambicioso, de continuidade e de progresso para Trancoso, respeitando o sentido de voto. Salientou que o proferido pela Sua pessoa foi que: "nos últimos anos se aposentaram cerca de 40 funcionários, sendo que alguns foi por mobilidade interna", deixando esclarecido que nunca foi referido que existiam menos 40 funcionários. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, solicitando um esclarecimento sobre a Rua das Naves em relação ao saneamento, uma vez que não foi respondido pelo Senhor Presidente, pelo que questionou novamente se a dotação para saneamento e requalificação engloba a Rua dos Moinhos. Quando utilizou a expressão "não empurrar", não é uma critica, apenas pretendeu referir que cumpra aquilo que se encontra previsto, requerendo que seja cumprido até 2026. Terminou salientando que o povo de Vila Franca das Naves se encontra sempre grato, naquilo que se faz. Mencionou o programa de espaços da escola de Vila Franca das Naves, sendo importante saber se o programa de espaços da Escola de Vila Franca das Naves contempla, ou não, a instalação do pré-escolar. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente de Câmara informou que em relação aos arruamentos e obras de saneamento em Vila Franca das Naves, o fato de não se encontrar quantificada a Rua dos Moinhos, não significa que é impossível essa requalificação no decorrer dos próximos 2 anos. Quanto à questão dos espaços, nomeadamente o Palácio Ducal, foi feita uma apresentação desse projeto na Covilhã, encontrando-se o mesmo para revisão, com cerca de 3.500.000,00€ (três milhões e quinhentos mil euros), sendo um excelente projeto. Quanto à questão do pré-escolar – creche, não está nas intenções do Executivo essa alteração. ----------

--- Não havendo mais inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove votos contra, duas abstenções e vinte e sete votos a favor. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, apresentando a declaração de voto em nome da bancada da Coligação Sim, é Possível: "É entendimento da Coligação Sim, é Possível que o orçamento do Município deve ser um documento onde se encontram traçadas as linhas programáticas de atuação do executivo municipal. Onde se devem plasmar as intenções de empreender, de inovar, desenvolver e construir. Onde deve ser possível apreender a visão de futuro que se propõe à comunidade. E daí, o tal documento deve ser, na ótica da Coligação Sim, é Possível, inovador ousado e demonstrativo do caminho que se pretende caminhar. Não que tal signifique que o mesmo não deve ser realista, dotado de viabilidade económico-financeira e conforme com as capacidades existentes. Acontece que o orçamento ora apresentado não preenche, salvo o devido respeito e melhor opinião, estes pressupostos, estas condições que permitiriam votá-lo favoravelmente. Na verdade, aquilo que se verifica, infelizmente para o município de

Trancoso, é uma evidente falta de capacidade de execução, uma falta de capacidade de apresentação e estudo de projeto de obras a executar, como facilmente se verifica. Na verdade, é com grande passividade que identificamos que as grandes opções do plano para o ano de 2024 são semelhantes às de 2023 como já eram semelhantes às de 2022. E se recuarmos no tempo o mesmo de sempre. Na verdade, e tal como já se disse, existem projetos que todos os anos constam das opções dos vários orçamentos que têm sido aprovados e que não passam disso mesmo. ETAR de Rio de Mel, ETAR de Vale de Mouro, ETAR de Castaíde, Rede de Águas e Saneamento de Golfar, Rede Adutora de Abastecimento de Água a Frechão e às Torres, Requalificação do Parque Municipal, Elaboração das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão para a Barragem da Teja, Zona Industrial da Ribeirinha, Zona Industrial de Vila Franca das Naves, e para o Planalto da Batalha de São Marcos. Pavimentação das Estradas Municipais de Castaíde, Rio de Moinhos e Rio de Mel, ligação à Estrada Nacional 226 e do limite do concelho a Carapito, e ainda a ampliação do Cemitério Municipal da cidade. Identifica-se uma evidente incapacidade de apresentar uma ideia que seja economicamente reprodutiva e identificadora de uma linha estruturante de crescimento e de desenvolvimento económico. Na verdade, não basta falar dos investimentos da administração central, da ferrovia, da recuperação mineira, dos apoios ao mercado de arrendamento. Há que fazer mais, há que fazer melhor. É isso que se pretende, é que todos caminhemos no mesmo sentido. Como não são preenchidos os requisitos que se entende serem necessários, o voto é a desfavor." ----------

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando a declaração de voto em nome da bancada do PS: "Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista relativamente à Proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e Das Grandes Opções do Plano para o ano de 2024". ----------

---------- Caras Senhoras Deputadas e Caros Senhores Deputados, ----------

Há cerca de dois anos, os Trancosenses foram chamados ao exercício responsável do seu direito de voto para a escolha dos seus representantes nos órgãos autárquicos para o quadriénio 2021-2025, tendo optado de forma expressiva, massiva e inequívoca pelo projeto político do Partido Socialista. O Partido Socialista apresentou um programa eleitoral assente numa estratégia que tem implementado desde 2013, ancorada, essencialmente, em dois pilares estruturantes: (i) um pilar de proximidade, humildade, verdade e abertura ao escrutínio para com os Trancosenses e (ii) um pilar de contas certas, rigor financeiro, aposta na sustentabilidade do Município, e na sua promoção económica e cultural, sempre com as pessoas no centro da sua decisão política. Nessa altura, recuperávamos ainda lentamente de uma das maiores crises sanitárias da nossa história recente e estávamos longe de imaginar os horrores da Guerra às portas da União Europeia. Se, por um lado, a invasão injustificada e ilegal do território da Ucrânia pela Federação Russa e os mais recentes combates israelitas na Faixa de Gaza nos devem, inequivocamente, condenar o terrorismo e demonstrar a nossa solidariedade – traduzida em ajuda concreta e proximidade – para com os povos injustamente envolvidos, por outro lado, não podemos fazer olvidar as externalidades profundamente negativas que estas Guerras estão a provocar – como sejam (i) a inflação, (ii) a reduflação, o (iii) aumento das taxas de juro, (iv) o abrandamento da economia mundial, (v) a revisão em baixa da taxa de crescimento do PIB – as quais, interferem necessariamente com as decisões diárias, não só das pessoas, das famílias e

das empresas, mas também dos decisores políticos, nacionais, europeus e locais. Aliás, seria até desonesto e populista ignorar tais fatores exógenos incontroláveis aos decisores políticos Municipais. A tudo isto, particularmente, no nosso país, soma-se uma crise política manifestamente injustificada, profundamente dispensável e de contornos pouco claros, motivada pela aceitação da demissão de sua Ex.ª, o primeiro-ministro por S/ Ex.ª o Sr. Presidente da República e a sua decisão política de dissolver a Assembleia da República, em vez de optar pela continuação da Legislatura com uma Governação parlamentarmente estável e com recente legitimação democrática. Adicionalmente, junho de 2024 trará ainda as regulares Eleições ao Parlamento Europeu, numa Europa na qual as famílias políticas da Extrema-Direita vão cavalgando os Parlamentos Nacionais e ameaçam aumentar a sua representação no órgão representativo dos cidadãos europeus; circunstância que poderá trazer implicações ao nível dos Fundos Europeus de que o nosso Município tem, sabedoramente, beneficiado ao longo desta Governação. E como se tal não fosse suficiente, no caso do Município de Trancoso, este contexto é ainda agravado por péssimas decisões políticas do passado camarário, tomadas pelos executivos liderados pelo PSD/PPD, com particular destaque para o custo da solução relativa à divida emergente da PACETEG, S.A., uma Parceria Público-Privada, na qual o Município participa, por via da empresa municipal TEGEC, E.M., em 49%; (Diga-se!) solução que obteve, à data, a oposição dos Vereadores eleitos pelo PS através do seu voto contra, e que, agora, nos últimos anos, os executivos do PS têm procurado resolver, mediante uma redução substancial das responsabilidades financeiras resultantes desses contratos. A esta triste realidade a que o executivo socialista tem procurado fazer face, juntam-se ainda, múltiplas e intermináveis ações judiciais que balizam as opções políticas do executivo socialista, como sejam as ações judiciais relativas (i) ao "mercado grossista", (ii) ao "mercado de leilão de gado", (iii) ao arruamento em Vila Novinha – Freguesia de Rio de Mel e (iv) as obras realizadas na Zona Industrial do Reboleiro, todas elas ainda sem resolução à vista. É neste contexto que o Executivo Municipal nos entrega os documentos relativos à proposta de Orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o ano de 2024, que cabe agora analisar. Em primeiro lugar, cabe observar que os documentos previsionais votados se apresentam formalmente corretos respeitando toda a legislação em vigor, nomeadamente, mas sem restringir, o preceituado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e bem assim, na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o seu artigo 40.º, relativo às regras de equilíbrio orçamental, ambas na sua redação atual. Em segundo lugar, cabe referir que, como vem já sendo característica primaz do Executivo Socialista, os documentos previsionais que votámos apresentam uma manifesta continuidade da sua política de equilíbrio orçamental, uma política de contas certas, apostando num desenvolvimento sustentado e sustentável do Município que respeita os compromissos assumidos e não compromete o desenvolvimento do Concelho para as gerações futuras: Antes abre-lhes caminho para, livrando-se do peso do passado, possam ter os meios, os instrumentos e o contexto financeiro necessário para um desenvolvimento sustentável, aumento a Capacidade de investimento do Município no futuro próximo. Apresentando um valor total de 22.927.162,00€, neste Orçamento podemos encontrar (i) a trajetória descendente do endividamento do Município [aliás, frise-se, a redução da dívida bancária para 2024 verificará o valor mais baixo de sempre (2.784.308,94 €)]; (ii) a redução e controlo da divida a fornecedores;

e (iii) o aumento da capacidade de endividamento do Município. Igualmente de realçar neste âmbito é a política de aproveitamento máximo de todos os fundos disponíveis para financiamento de obras municipais tão necessárias, como seja, entre outros, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) ou o Portugal 2030. Em terceiro lugar, os documentos previsionais que votámos apresentam uma manifesta continuidade da sua política de investimento focada nas Pessoas, como sejam: 1- A continuidade de uma política fiscal amiga; 2- O investimento em habitação social para disponibilização no mercado através de arrendamento acessível complementado pela disponibilização de verbas no âmbito da Estratégia Local de Habitação que permitirá aprovar apoios à melhoria das condições habitacionais dos agregados familiares mais necessitados; 3- A continuidade dos apoios ao pré-escolar, ao ensino secundário e profissional, como seja o apoio para material didático e para atividades de animação e apoio à família; 4- Os investimentos da requalificação das Escolas: quer a EB 1, 2 e 3 de Vila Franca das Naves, quer a EB 2/3 de Trancoso, quer a Escola Secundária de Trancoso; 5- A continuidade da gratuitidade do transporte escolar; 6- O investimento na qualidade de serviço na área da recolha e encaminhamento de resíduos sólidos urbanos, de monos domésticos, ao que se soma a criação de inventivos ao programa dos bio resíduos; 7- A continuidade do investimento em infraestruturas relacionadas com a rede de distribuição de água e de tratamento de águas residuais; 8- A continuidade do apoio à promoção do desporto e do lazer, destinado à formação dos jovens e ao incentivo da prática desportiva nas diversas faixas etárias da população; 9- Prosseguir o apoio social, através (i) das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, (ii) da promoção da mobilidade das pessoas no concelho, (iii) do apoio as Juntas de Freguesia; 10- Continuar o investimento para renovação da frota de miniautocarros ao serviço do transporte escolar e das associações; 11- Reforçar o investimento nas medidas de combate às alterações climáticas, prosseguindo a revalorização de espaços verdes, do parque municipal, a limpeza das faixas de proteção de combustível e o apoio financeiro às duas Associações de Bombeiros do concelho; 12- Continuar a investir na manutenção e repavimentação de estradas e arruamentos municipais. Em quarto lugar, os documentos previsionais que votámos apresentam uma aposta em vários investimentos importantes para o desenvolvimento económico do Município, sendo de destacar: 1- A requalificação do edifício dos Paços do Concelho; 2- O investimento na Zona Industrial de Vila Franca das Naves (Polo II) e no Polo Empresarial da Zona da Ribeirinha; 3- O Investimento na requalificação do património histórico e na criação de conteúdos; 4- A continuação da aposta de várias Feiras e Eventos dinamizadores da economia local já sobejamente conhecidos. Em quinto lugar, os documentos previsionais que votámos apresentam uma aposta na valorização do património e promoção cultural, como sejam, entre outros: 1- Reabilitação do Palácio Ducal para a instalação do Museu da Cidade; 2 - Reabilitação das Muralhas do Centro Histórico; 3 - Conclusão dos trabalhos de requalificação e musealização do Castelo de Trancoso; 4 - Conclusão da empreitada de reabilitação da Igreja de Santa Marinha e as escavações na sua envolvente, bem como a criação do Centro Interpretativo da Necrópole em Moreira de Rei; 5- Conclusão da empreitada de requalificação da Antiga Escola Primária de Vale do Seixo destinada a Albergue para os peregrinos dos Caminhos de Santiago; 6- A realização de vários eventos como seja a (i) a recriação da Batalha de Trancoso, (ii) as atividades alusivas aos 50 anos do 25 de abril, (iii) as Bodas Reais, (iv) o Festival

de Música no Castelo, (v) o Festival das Vindimas em Vila Franca das Naves e (vi) a atividade da Magia de Natal e Fim de Ano.----------

---------- Caras Senhoras Deputadas e Caros Senhores Deputados,----------

(i) Porque este orçamento respeita o programa político com que este executivo socialista se apresentou ao povo trancosense; (ii) Porque este orçamento mantém as contas certas, o equilíbrio orçamental, reduz a dívida e respeita os compromissos assumidos; (iii) Porque este orçamento coloca a tónica da sua ação nas Pessoas e numa Economia que se desenvolve em seu proveito; (iv) Porque este orçamento contém uma política de investimento público determinante para o desenvolvimento local; (v) Porque este orçamento encontra os meios (no limite próprio do que lhe é possível) para que o Município esteja preparado para a instabilidade política, económica e financeira que referimos. O grupo municipal do Partido Socialista vota favoravelmente todos os documentos relativos à proposta de Orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o ano de 2024." ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem do dia. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente de Câmara referiu que esta Assembleia Municipal em reunião de 29/09/2023 aprovou a redução do IMI relativa à habitação própria permanente em função do número de dependentes, no entanto em 06/10/2023 foi publicada a Lei n.º 56/2023 que no seu artigo 31º alterou os montantes previstos. Assim, a partir de 2023 as deduções são as seguintes: famílias com 1 dependente: 30,00€ (trinta euros); com 2 dependentes: 70,00€ (setenta euros) e com 3 ou mais dependentes: 140,00€ (cento e quarenta euros), propondo à Assembleia que ratifique a deliberação de 29/09/2023 com os valores fixados por Lei. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem do dia. ----------

--- No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara informou que o assunto já foi abordado na Assembleia Municipal, numa reunião de fevereiro de 2023, a propósito da prorrogação do contrato com a empresa Águas da Teja, mencionando que a certidão da Câmara é clara e refere todo o historial da concessão, desde 17/07/1997, tendo a concessão sido feita pelo prazo de 25 anos, a contar da data da consignação das instalações, sendo o auto de consignação final das obras datado de 03/12/2008, daí ter sido trazido à Assembleia de fevereiro de modo a esclarecer o términus do contrato, tendo posteriormente a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Aguas e Resíduos), esclarecido que o contrato só terminará em 2033. Ao longo dos anos a empresa teve a necessidade de renovar e ampliar algumas condutas, realizar trabalhos não previstos na concessão e imprescindíveis para a qualidade da água, vindo já de Executivos anteriores a setembro de 2013, num valor de cerca de 670.000,00€ (seiscentos e setenta mil euros). Desde 2017 a 2022 não houve a atualização do tarifário, levando a uma perda de rendimentos na ordem dos 290.000,00€ (duzentos e noventa mil euros) e porque entraram outras infraestruturas em funcionamento, nomeadamente a requalificação das ETAR's de Courelas e Quinta do Seixo, esses fatores conferem à concessionária o direito à reposição do equilíbrio económico e financeiro. Desde 2016/2017 a Câmara iniciou as conversações com a empresa Águas da Teja, sempre acompanhadas pela ERSAR e por uma Comissão de

Acompanhamento Independente, com trabalhadores da Câmara Municipal, tendo sido aceites recomendações por parte da ERSAR desde o tarifário social, a adotação do tarifário em modelo de escalões, tendo o Município aprovado a minuta respeitante ao Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, devendo a mesma ser sujeita à apreciação e votação desta Assembleia Municipal, sendo, posteriormente, este Segundo Aditamento ao referido contrato submetido a Visto do Tribunal de Contas.----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, afirmando não existirem comentários do ponto de vista técnico ou jurídico. No entanto, na perspetiva de Munícipe, referiu que no concelho de Trancoso existia uma fórmula de cálculo do valor a pagar à empresa Águas da Teja diferente daquilo que acontecia nos outros concelhos do distrito da Guarda. Nos outros concelhos há uma progressividade do pagamento, ou seja, quanto mais se consome mais se paga, sofrendo variações em função de escalões, algo que não acontecia no concelho de Trancoso. Aquando da apresentação deste ponto foi referido que o contraente tem sempre o direito a pedir o reequilíbrio financeiro, quando há circunstâncias que não estavam previstas no momento em que apresentou a sua candidatura. Segundo um estudo da DECO, para um consumo de 120m3/anuais o concelho de Trancoso situava-se em 4º lugar, em que o consumo de águas domiciliado era mais barato, caso o consumo fosse de 180m3/anuais, o concelho de Trancoso, situava-se em 2º lugar. Pelo exposto, questionou se o Executivo Municipal se encontra em condições de referir até onde vai o agravamento, em que circunstância é que esse agravamento se plasma e, relativamente aos valores, se os mesmos vão pesar significativamente nos bolsos dos Munícipes. ----------

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, referindo que em outubro de 2013, aquando da assunção deste Executivo, depararam-se com alguns problemas, havendo três questões de complexidade e morosidade e que, pela importância para o desenvolvimento do concelho e qualidade de vida dos Munícipes de Trancoso, era urgente resolver. A primeira era a revisão do PDM, encontrando-se resolvida, a segunda a questão da PPP, que se encontra bem encaminhado e com um visto do Tribunal de Contas, havendo boas expetativas para a resolução deste problema, e a terceira questão prende-se com o reequilíbrio financeiro do contrato de concessão de águas em Trancoso, manifestando satisfação e orgulho em relação a este último ponto. Salientou que é intenção deste Executivo "deixar uma casa arrumada" para quem venha a seguir. Relativamente à proposta relativa à minuta respeitante ao segundo aditamento ao contrato de concessão da exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, é importante referir que o reequilíbrio financeiro do contrato tem a seguinte razão principal, a 25 de setembro de 2013, dias antes das eleições de 2013, o Executivo reconheceu a existência de obras, da responsabilidade do Município, e que foram mandadas fazer à concessionária, violando o contrato de concessão, trabalhos avaliados no montante de 670.000,00€ (seiscentos e setenta mil euros). Salientou que a solução encontrada, ainda que não seja a ideal, permite resolver o problema de 670.000,00€ (seiscentos e setenta mil euros), ou a empresa Águas da Teja iria intentar uma ação contra o Município, sendo uma das razões por hoje se estar a votar

este segundo aditamento ao contrato de concessão. Foi encontrada uma solução satisfatória porque o reequilíbrio financeiro responde a algumas recomendações da ERSAR, havendo necessidade de atualizar o tarifário em função da Lei e prevendo um conjunto de situações que não estavam contempladas no anterior contrato. Na questão do tarifário social, com este aditamento, as IPSS, as famílias numerosas e as famílias carenciadas têm um tarifário específico para estas situações. Existe também a isenção total da taxa de abertura de valas, até 20m, e obrigações, sob pena de multa que se poderá refletir na fatura da água, com prazos para colocação de contador, assistência, apresentação do orçamento, instalação do ramal, resposta a reclamações escritas, tempo de chegada após rutura, tempo de reparação e tempo de corte de águas. Considera um erro olhar para esta questão da perspetiva meramente económica, como estava a analisar o deputado João Caramelo, pois existe um conjunto de benefícios para o Munícipe. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente de Câmara, realçou que foi um processo muito complicado, com muitas reuniões com a empresa Águas da Teja e com a ERSAR, desde 2016. Realçou a melhoria da empresa Águas da Teja, com o novo administrador, no atendimento, no brio e no profissionalismo. Em termos de montantes, existirá um encargo médio mensal na ordem dos 20€, baixando o serviço de água em cerca de 6€/ano, podendo existir aumentos nas taxas de saneamento a rondar cerca de 6€/mês, tendo os dois serviços, água e saneamento, um custo médio de cerca de 21,00€/mês. ----------

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sindo aprovado por maioria, com nove abstenções e trinta votos a favor. ----------

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao Período de intervenção do público. ----------

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes, e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. ----------

--- O Presidente da Mesa da Assembleia informou que recebeu um ofício da Câmara Municipal com o seguinte teor: “A Câmara Municipal de Trancoso informa que, no final da sessão da Assembleia Municipal de hoje, dia 28/12/2023, irá ter lugar o habitual coffee break de natal com bolo rei e sardinha doce. Será ainda, oferecido o livro “Vida e Trovas do Bandarra” a cada um dos Srs. Deputados presentes, do autor Santos Costa, apresentado no passado dia 10/12/2023.”, convidando todos os presentes. Terminou desejando a todos um 2024 cheio de saúde e sucessos profissionais. ----------

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. ----------

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. ----------

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário